



## CIMCERO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

CNPJ nº. 02.049.227/0001-57

R. Mato Grosso, nº 1809, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná - RO, CEP 76907-562  
contato (69) 99340-9549 / e-mail: protocolo@cimcero.ro.gov.br / site: <https://cimcero.ro.gov.br>

### CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 111/2025

CONTRATO DE CREDENCIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL **CIMCERO** E **BRUNO DE SOUZA CAMPOS**, PARA CREDENCIAMENTO, RELATIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS.

#### DAS PARTES CONTRATANTES

De um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA - CIMCERO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.049.227/0001-57, com sede administrativa localizada na Rua Mato Gross, nº. 1809, bairro Casa Preta, em Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP 76.907-562, representado pela Secretário Executivo **Bartolomeu Souza de Oliveira Júnior**, brasileiro, empregado público, portador da Célula de Identidade RG sob nº. 1.7\*\*.\*\*8-5 SSP/AM e inscrito no CPF/MF sob nº. 925.\*\*\*.\*\*\*-72, podendo ser encontrado na sede administrativa do consórcio, neste ato denominado **CREDENCIADOR**, e de outro lado, **BRUNO DE SOUZA CAMPOS**, brasileiro, médico, portador da cédula de identidade R.G. sob o nº. 1.2\*\*.5\*\* SSP/RO e da identidade profissional nº. 9151 CRM/RO e inscrito no CPF/MF nº. 021.\*\*\*.\*\*\*-02, residente e domiciliado na Presidente Joao Batista Figueiredo, nº. 214, Bairro Santiago, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP 76.901-193, doravante denominada **CREDENCIADO**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes; as normas gerais da lei federal de licitações, contratos administrativos, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Fica credenciado o profissional **BRUNO DE SOUZA CAMPOS**, para realização dos serviços especificados pela Contratante, respeitando a tabela de códigos e valores do Consórcio Intermunicipal - CIMCERO.

**Parágrafo Primeiro** Sob pena de rescisão contratual unilateral, e concomitante aplicação de multa, fica vedada a prática, em balcão, atendendo a demanda espontânea, praticar os mesmos preços e valores de procedimentos, iguais ou menores, ou até o limite de 10% (dez por cento) que as tabelas do Credenciador.

**Parágrafo Segundo** - Em casos de notória excepcionalidade será informado ao consórcio da necessidade de ajuste de tabela. Indubitavelmente, sempre, por justo motivo, que deverá ser o melhor atendimento ao interesse público.

**Parágrafo Terceiro** - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, para análise e julgamento do requerimento acima descrito.

**Parágrafo Terceiro** O credenciado está autorizado a realizar o procedimento abaixo relacionado:

Especialidade	Responsável Técnico	Data Credenciamento
Consultas em especialidade de generalista	Bruno de Souza Campos	07.10.2025

### **CLÁUSULA SEGUNDA - Da execução dos serviços**

O serviço acima descrito será executado pela Credenciado no domicilio dos usuários conforme consta o requerimento ([Documentação REQUERIMENTO de 29/09/2025 \(ID 87815\)](#)).

### **CLÁUSULA TERCEIRA - Da relação jurídica do contratado**

A prestação dos serviços, ora contratados, não implica vínculo empregatício entre o Credenciador e o Credenciada, quando o mesmo for pessoa física.

**Parágrafo Primeiro** - Sem prejuízo do acompanhamento e da fiscalização exercido pelo Credenciador, bem como da normatividade suplementar, exercida pelo GESTOR/SUS, sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

**Parágrafo Segundo** - É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciada a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Contratante, ou ainda para a administração municipal do Município sede do agendamento.

**Parágrafo Terceiro** - É responsabilidade da Credenciada enviar ao Credenciador as certidões provenientes da execução da atividade empresarial, bem como as dos encargos acima descritos.

### **CLÁUSULA QUARTA - Da documentação a ser apresentada**

Para a lavratura do presente documento e emissão da Portaria de Credenciamento, a Credenciada deverá apresentar ao Credenciador os seguintes documentos: Licença Sanitária, Alvará de Funcionamento.

**Parágrafo Único** - Apenas a Direção Executiva tem liberalidade para conceder prazos para apresentação de documentos pendentes.

a) Ocorrendo a não entrega de parte dos documentos relacionados acima, a Portaria de Credenciamento deverá ser averbada constando a pendência e prazo de validade menor que o regular, sendo expressamente o tempo necessário para a solução.

## **CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações do credenciado**

O Credenciado se obriga a:

- a) Manter sempre atualizado cadastro de pacientes;
- b) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem esses dados para outros fins;
- c) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- d) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de prestador de serviços do Consórcio Público Intermunicipal;
- e) Justificar ao paciente ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;
- f) Manter instalações físicas em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;
- g) O contratado compromete-se em respeitar a sistemática gerencial do Contratante;
- h) Qualquer alteração na escala médica de atendimento, com a entrada ou saída de médicos, assim como mudança de horários, deverá ser informada ao Consórcio.
- i) Está sujeito a aplicação de multas, e até suspensão de encaminhamentos, os credenciados que não mantenham sistema de agendamento que reduza o tempo de espera dos pacientes no momento do atendimento.
- j) O Credenciado ficará responsável pela emissão da nota fiscal dos serviços prestados em sua integralidade.

## **CLÁUSULA SEXTA - Da responsabilidade civil do credenciado**

O Credenciado é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados.

**Parágrafo Primeiro** - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelo Credenciador não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

**Parágrafo Segundo** - A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº. 8.078, de 11.09.1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Parágrafo Terceiro** - Em caso de rescisão contratual, fica terminantemente proibida o uso do nome do CIMCERO em qualquer propaganda para captar pacientes/clientes ou outros, sob pena de responder pelos danos cíveis e morais.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - Da taxa administrativa**

A Credenciada ressarcirá ao Credenciador a tarifa administrativa fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor de cada procedimento realizado, conforme Tabela (ID82292), nos termos do §2º do artigo 2º da Lei Federal nº. 11.107/2005, taxa está instituída pela Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 02 de agosto 2010.

**Parágrafo único** - O Pagamento será realizado mensalmente, até o 10 (décimo) dia útil do mês, via boleto bancário.

## **CLÁUSULA OITAVA - Do pagamento e atendimento ao paciente**

O Credenciada receberá pagamento do procedimento realizado, agendado pelo Consórcio, diretamente do paciente, na forma que melhor convier.

a) Na hipótese de pane dos equipamentos, falta dos médicos e técnicos para realizar o atendimento ou qualquer outro motivo, o paciente deverá ser encaminhado, o mais rápido possível, para qualquer outra entidade de saúde da rede privada, sendo o ônus todo bancado pelo Contratado;

b) É terminantemente proibido adiar atendimento de pacientes, principalmente os originários de outros municípios. A incorreção em erro ensejará aplicação de multas conforme a Resolução N.º 009/2012, de 30 de julho de 2012 que *Dispõe sobre CLASSIFICAÇÃO, NOTIFICAÇÃO, VALORES E COBRANÇA DE MULTA por infração a Lei 11.107/2005, Decreto Federal 6.017/2007; Lei 12.305/2010; Lei 8.080/1990; Lei 11.445/2007; Protocolo de Intenções, Estatuto do Consórcio e Regimento Interno*;

c) No ato de atendimento de paciente pelo balcão, se houver divergência de valores entre a guia de encaminhamento e os valores/preços nas Tabelas de Códigos e Valores do Consórcio Público Intermunicipal, sob nenhum pretexto será cobrado a mais do paciente. O Credenciado realizará o procedimento, devendo ser anotado e formalmente comunicado ao Consórcio para que seja definido, onde ocorreu o equívoco e quem arcará com a despesa, a não confirmação dos procedimentos realizados enseja o cometimento de falta grave, sendo inclusive critério para cancelamento do contrato;

d) Os contratados deverão usar o sistema de informática para gerenciamento, implantado pelo Consórcio, para que ocorra a confirmação da realização do procedimento;

e) Os atendentes de balcão são obrigados a atender os pacientes com dignidade e respeito, interesse explícito pelo motivo do atendimento;

f) Em função da fragilidade emocional reconhecida dos pacientes, os atendentes de balcão e atividades afins devem promover atendimento, senão com alegria e descontração, pelo menos com serenidade, evitando agravamento do quadro clínico emocional;

g) Se o procedimento não puder ocorrer na data prevista, os pacientes devem ser avisados por SMS e telefone, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

h) Após a realização dos procedimentos previamente agendados, será gerado um relatório pelo credenciado para confrontamento com o relatório realizado pelo consórcio.

#### **Parágrafo Único - Os valores estipulados neste contrato serão liquidados da seguinte forma:**

a) O contratado deverá apresentar, até o dia 05 de cada mês, os Relatório consolidados dos encaminhamentos;

b) O pagamento será efetivado caso o paciente realmente tenha realizado o procedimento;

c) Esta comprovação será feita mediante relatório mensal dos procedimentos realizados, confrontados com relatório da clínica onde foi realizado o procedimento;

d) Em caso de dúvida quanto a realização do procedimento, o Relatório deverá ser encaminhado detalhadamente, tornando possível a confrontação com os Relatório do Contratante.

#### **CLÁUSULA NONA - Da renovação contratual**

O contrato presente passará a viger apenas após sua assinatura, e publicação:

a) O prazo de duração é por tempo indeterminado;

b) A dissolução do presente contrato deverá ser precedida de aviso no prazo mínimo de 30 (trinta) dias;

c) O distrato só ocorrerá formalmente após a Controladoria do Consórcio atestar a inexistência de pendências de ambas as partes.

## CLÁUSULA DÉCIMA Do foro

Fica eleito o foro de Ji-Paraná/RO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas de interpretação e aplicação deste contrato, bem como para execução.

Por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato em duas vias, de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir o que nele está avençado, na presença de duas testemunhas, que abaixo também subscrevem, para os fins pretendidos.

Ji-Paraná/RO, 07 de outubro de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**Credenciador - Consórcio Intermunicipal CIMCERO**  
CNPJ nº. 02.049.227/0001-57  
**Bartolomeu Souza de Oliveira Júnior**  
Secretário Executivo

**Credenciado - Bruno de Souza Campos**  
CPF nº. 021.\*\*\*.\*\*\*-02  
CRM/RO 9151



Documento assinado eletronicamente por **BARTOLOMEU SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR, SECRETARIO EXECUTIVO**, em 07/10/2025 às 14:31, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 18 da [Resolução nº 001 de 07/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.consorciopublico.ro.gov.br](http://transparencia.consorciopublico.ro.gov.br), informando o ID **88344** e o código verificador **F69DC11A**.

Referência: [Processo nº 1-374/2025](#).

Docto ID: 88344 v1